



ABRIGO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA:

Centro de acolhimento e apoio a pessoas em situação de rua de Juiz de Fora

Letícia Ludgero Ferreira¹

Centro Universitário Academia - UniAcademia, Juiz de Fora, MG

Aline de Barros Pimenta²

Centro Universitário Academia - UniAcademia, Juiz de Fora, MG

Linha de Pesquisa: Arquitetura e Urbanismo na Contemporaneidade

RESUMO

Este artigo de trabalho final de graduação possui a finalidade de apresentar a realidade das pessoas em situação de rua de Juiz de Fora, Minas Gerais, que tanto sofrem com a Arquitetura hostilizada e por se sentirem invisíveis na maioria das vezes. A população em situação de rua é composta por pessoas com diferentes realidades, mas que possuem em comum a condição de pobreza e a falta do sentimento de pertencimento à sociedade formal. Fazem parte homens, mulheres, famílias, grupos que têm em sua trajetória de vida alguma fatalidade, passando a utilizar o espaço da rua como sobrevivência e moradia. O projeto então tem uma proposta para transformar esta realidade através da Arquitetura e Urbanismo e de um olhar humanizado, compondo espaços que além de abrigar, possua atividades recreativas, apoio profissional e cultural; espaços para refeições, áreas verdes, tratamentos profissionais abrangendo toda a área da saúde física e mental entre outros serviços. Com isso, conseguir promover a reintegração dessas pessoas a sociedade, pois são seres humanos e possuem os mesmos direitos básicos que todos, oferecendo todo suporte, pensando sempre no bem-estar e qualidade de vida.

Palavras-chave: Arquitetura hostil. Reintegração social. Olhar humanizado. Pertencimento. Qualidade de vida.

¹ Discente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Academia - UniAcademia. Endereço: Rua Nelson Rena, n 440, bairro Primavera, Paula Cândido – MG, CEP 36.544-000. Celular: (32)99929-1818. E-mail: ludgeroleticiaf@gmail.com

² Docente do Curso de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Academia - UniAcademia. Orientador(a).

1 INTRODUÇÃO

O trabalho final de graduação aborda o tema da realidade das pessoas em situação de rua que gera a possibilidade de discutir assuntos relevantes ao processo de reintegração social do indivíduo e sua relação com o espaço, com as ruas, além de propor uma investigação a respeito de uma arquitetura adequada, que seja de fato para elas. Este tema surge a partir de reflexões sobre o olhar hostilizado a essa situação, com um pré-conceito, deixando de lado o olhar humano tão necessário.

A situação de pobreza no país vem crescendo a cada dia, e com isso o aumento do número de pessoas em situação de rua. Falta de medidas em políticas públicas, problemas com vícios, exclusão social, são exemplos dos diversos fatores que acentuam essa realidade, fazendo com que a única saída seja viver na rua no momento em que estão vivendo. É uma questão ampla que envolve aspectos políticos, econômicos, sociais e urbanísticos. Há uma responsabilidade em compreender essa situação e sua relação com o espaço urbano por parte dos Arquitetos e Urbanistas, e promover apoio na tentativa de amenizar o problema.

Na cidade de Juiz de Fora, Minas Gerais, existem unidades de acolhimento, albergues, com o intuito de ajudar esses indivíduos, porém, muitas pessoas em situação de rua rejeitam essas instituições por medo, insegurança, por não sentirem que esse espaço está qualificado e por dificuldade de se adaptarem as regras, uma vez que nas ruas, elas próprias definem suas regras.

O objetivo deste trabalho é buscar possibilidades em que a arquitetura e o urbanismo possa contribuir para melhorar essa situação, através de estudos para o entendimento do contexto desses indivíduos, a fim de conseguir embasar um projeto mais humano para reintroduzir os direitos à cidadania e um acolhimento e apoio com uma grande escala em qualidade de vida, sendo este o principal objetivo.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

No Brasil, o fenômeno de pessoas em situação de rua começou a se intensificar no século XX com a crise econômica, aumentando muito o número de pessoas morando nas ruas, gerando desde então preocupações quanto a esses indivíduos, inclusive sobre a melhor forma de defini-los.

“Utilizar o termo “pessoas em situação de rua” está enfatizando uma singularidade destas pessoas e uma heterogeneidade junto à diversidade de perfis e histórias. ” (MATTOS, 2006, p. 17 apud MIAGUTI, 2016).

“Utilizar a expressão “população em situação de rua” faz com que se torne uma condição passageira, podendo não ser uma verdade absoluta, pois muitos não possuem possibilidades de saída dessa situação. ” (QUINTÃO, 2012, p.17 apud MIAGUTI, 2016).

Essa variação de significados nos termos corretos para lidarmos com essas pessoas mostra a preocupação em não julgar, visto que é de grande complexidade denominar sendo que lida com pessoas distintas, com características diversas e motivos diferentes para viver nas ruas.

De acordo com Zanella (2018), o fenômeno de pessoas em situação de rua vem aumentando devido à precarização das relações de trabalho, o desemprego e as transformações econômicas, ligado ao processo de globalização em que a exclusão social se intensifica.

Esse fenômeno não refere a uma crise pontual, mas sim em um processo de variabilidade da condição social, da desigualdade, vulnerabilidade e exclusão social de grupos específicos. Nesse contexto, observa-se um processo mundial de diminuição do estado social, tendendo a ser maior em países como o Brasil, que possui amplas diferenças nas condições de vida da população e que não houve um programa efetivo para o bem-estar social.

“A realidade brasileira, embora com suas características próprias, está integrada à tendência de fragmentação mundial. O modelo econômico implantado no País produziu subjugados, pessoal e socialmente, com difícil perspectiva de transposição social. De outra parte, as políticas sociais adotadas pelos diferentes governos tiveram como opção a implementação de ações de caráter nitidamente focalista, refletindo a tendência de enfrentar os problemas sociais como fatos isolados. A consequência é que tais políticas não trouxeram resultados efetivos na condição de vida da população. ” (MOTTA COSTA, 2005, p.2)

2.1. Panorama geral da realidade da população em situação de rua de Juiz de Fora- MG.

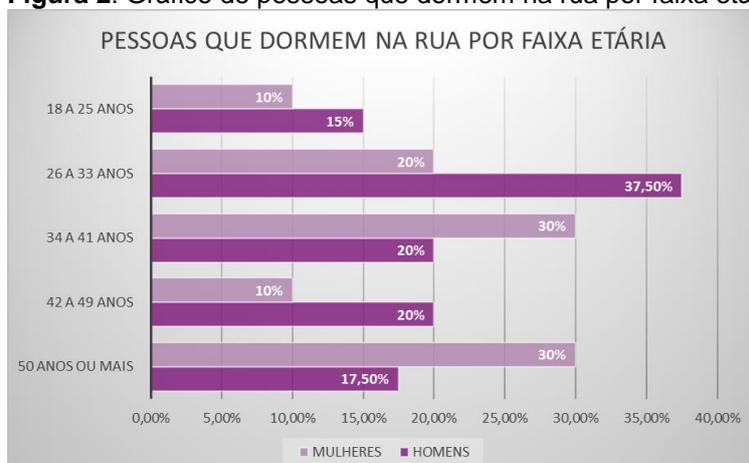
A pesquisa realizada pelo censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, em 2010, constatou a existência de 607 pessoas em situação de rua em Juiz de Fora, sabe-se que embora seja relevante, é somente uma estatística que não revelam aspectos para a compreensão da vida das pessoas em situação de rua. Devido a isso buscou informações contidas em um relatório feito pela Secretaria de Desenvolvimento Social da Prefeitura de Juiz de Fora, no qual se observa alguns parâmetros importantes para avaliar como está a realidade dessas pessoas na cidade. Seguem nas imagens e informações abaixo alguns desses dados importantes:

Figura 1: Gráfico de pessoas que dormem na rua por gênero.



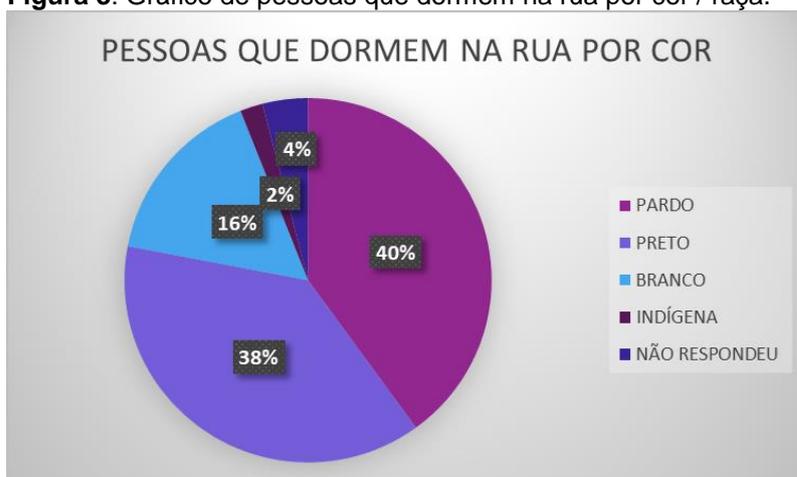
Fonte: Diagnóstico da população em situação de rua de Juiz de Fora. SDS – Prefeitura de JF.

Figura 2: Gráfico de pessoas que dormem na rua por faixa etária.



Fonte: Diagnóstico da população em situação de rua de Juiz de Fora. SDS – Prefeitura de JF.

Figura 3: Gráfico de pessoas que dormem na rua por cor / raça.



Fonte: Diagnóstico da população em situação de rua de Juiz de Fora. SDS – Prefeitura de JF.

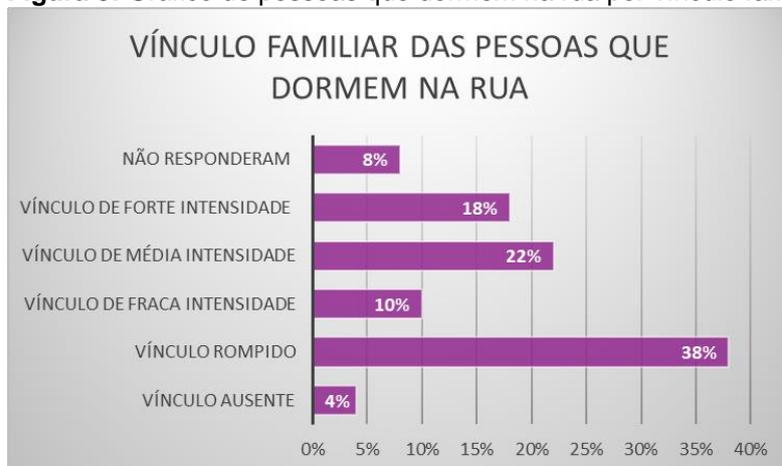
Figura 4: Gráfico de pessoas que dormem na rua por escolaridade.



Fonte: Diagnóstico da população em situação de rua de Juiz de Fora. SDS – Prefeitura de JF.

Com relação ao vínculo familiar não corresponde com a relação de moradia, o vínculo familiar são os laços afetivos e sociais do indivíduo. Este gráfico apresenta a sociabilidade presente na vida das pessoas que dormem nas ruas.

Figura 5: Gráfico de pessoas que dormem na rua por vínculo familiar.



Fonte: Diagnóstico da população em situação de rua de Juiz de Fora. SDS – Prefeitura de JF.

Figura 6: Gráfico de motivos para estar em situação de rua.



Fonte: Diagnóstico da população em situação de rua de Juiz de Fora. SDS – Prefeitura de JF.

Foi avaliado também sobre a frequência de pessoas em situação de rua nos centros de acolhimento existentes na cidade, onde notou que a frequência é baixíssima, muitos deles nunca utilizaram um abrigo, e os poucos que utilizam, dizem ser razoável o ambiente. Alegam ser desconfortável, há falta de liberdade e individualidade, dificuldade de adaptação às regras, entre outras.

De acordo com toda análise das informações dessa pesquisa, conclui-se que não basta saber apenas que essas pessoas existem, mas é preciso alcançar a possibilidade de obter uma revolução no âmbito social. É necessária uma compreensão da condição de vida dessas pessoas, para poder projetar um espaço que seja de fato destinado a elas, visto que o modelo existente de abrigos não

possui uma boa aceitação. Não podemos fazer uma análise mais profunda, uma vez que a pesquisa não tem por foco este aspecto de análise, mas identifica-se a importância de levar em consideração aquilo que é relatado por aqueles que realmente vivem esse espaço, que são as pessoas sem situação de rua.

2.2. Impacto da desigualdade social durante a pandemia.

A sociedade brasileira é uma das mais desiguais do mundo, e no contexto atual de pandemia, os impactos são vivenciados de forma desigual e perversa, principalmente para aqueles em situação de vulnerabilidade das ruas, o vírus exacerbou e escancarou as desigualdades do país.

As principais medidas recomendadas pela Organização Mundial da Saúde (OMS) para conter e combater o avanço da covid-19 são o isolamento social e a higiene das mãos, com água e sabão ou álcool 70%. Porém, são medidas simples para a maioria, mas é quase impossível para a população em situação de rua, devido ao fato de não possuir acesso a locais para higienização e não possuir recursos para adquirir álcool. Esses indivíduos ficam expostos a doenças, possuem pouco acesso a serviços públicos de saúde, à proteção social.

Com isso, sabe-se como é importante, necessárias e urgentes ações para amenizar essa desigualdade, pois os indivíduos em situação de rua não podem continuar sendo tratados como invisíveis, eles também possuem direitos básicos de cidadãos.

2.3. Espaço urbano e sua ocupação

O elo principal que conecta esses indivíduos dentro de um mesmo grupo é não possuir moradia fixa e dividirem um mesmo ambiente como “lar”, sendo um espaço de sobrevivência. Por isso é de suma importância entender as relações estabelecidas com o espaço urbano.

“Os conceitos de público e privado se misturam ao ocuparem a rua, considerada um espaço público, realizando atividades de caráter privado. Essa ocupação torna-se conflitante, pois ao tornar público o que é privado, também se privatiza o que é público.” (MIAGUTI, 2016, p.27)

A palavra casa tem um significado de lar, família, e representa um espaço íntimo, acolhedor, que gera segurança; e a palavra rua tem um significado de via pública, onde todos transitam, e representa a movimentação, instabilidade. Porém, ações que deveriam ser realizadas nas casas, são realizadas nos espaços públicos, como dormir, comer; gerando uma incompatibilidade dos padrões sociais, que não são bem vistas aos olhos da sociedade. É considerado um incômodo, descaracterizando, corrompendo a imagem da cidade, fazendo com que muitas vezes, quando há eventos nas cidades, políticas de higienização “retiram” os moradores das ruas para “limpar” a imagem da cidade.

Como forma de evitar que esses indivíduos ocupem as ruas, ou afastá-los de áreas potenciais de abrigo, algumas ações “antimendigo” são realizadas como a inserção de grades, muros, pedras sob viadutos, mobiliários agressivos, assentos individuais, impossibilitando-os de usar esses espaços, ocasionando uma arquitetura hostil e desumana.

Dessa forma, percebe-se que é retirado o direito de cidadão das pessoas em situação de rua, pois o espaço urbano que é considerado para todos, é na maioria das vezes, negado a eles. A compreensão desses espaços é fundamental para concretização de estruturas de apoio a população em situação de rua.

3 METODOLOGIA

O estudo se deu a partir das referências teóricas sobre psicologia, sociologia e assistência social vinculadas aos estudos de pesquisas documentais e arquivos da Prefeitura de Juiz de Fora, aplicadas à Arquitetura e Urbanismo. Inicialmente, buscou diversas pesquisas sobre o tema em questão, com o intuito de conhecer melhor e analisar a realidade da situação no Brasil e especificamente a cidade de Juiz de Fora, para conseguir compreender as reais necessidades desses indivíduos, que possuem demandas únicas e os motivos de não quererem utilizar os abrigos já existentes.

A partir disso, a pesquisa encaminhou-se para análise de estudos de caso, referências arquitetônicas com base no tema escolhido. Foram realizados estudos e leituras dos projetos, suas demandas, as relações existentes entre os edifícios e a comunidade inserida.

Com isso, considerando o contexto da cidade, as pesquisas nortearam o melhor local para inserção do projeto, amenizando grandes deslocamentos e melhor aceitação da população. Foram realizados estudos de diagnósticos e condicionantes do entorno, e analisado demandas da região. Após essa etapa, iniciou-se o desenvolvimento do projeto em resposta aos resultados obtidos nas fases anteriores. O projeto final obtido é apresentado por meio de desenhos técnicos, diagramas, fluxogramas e imagens que auxiliem na leitura do projeto, a fim de facilitar a compreensão do espaço em geral.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O estudo apresentado mostra a importância de considerar que cada indivíduo é único, possui necessidades e histórias de vida distintas, fundamentando assim uma proposta de projeto com características heterogêneas. Verificar os diversos motivos da pouca adesão aos abrigos existentes mostrou que não são somente questões arquitetônicas a serem considerada, mas também a funcionalidade, as regras e o tratamento oferecido a cada indivíduo, assim, buscando alcançar o real intuito do projeto: abrigar, acolher.

O local de implantação é o bairro Poço Rico, por ser um ponto estratégico próximo ao centro e aos principais locais de concentração de pessoas em situação de rua, visando atender um público maior e facilitando a locomoção deste. O terreno possui fácil acesso pela avenida Brasil e rua Coronel Delfino Faria, onde está instalado uma Usina de triagem de materiais recicláveis, que pode ser incorporada ao projeto em termos de visibilidade e atuação da população com espaço de doação de materiais recicláveis tanto na instituição quanto direto ao centro de triagem, já que é um local de referência para as pessoas em situação de rua.

Foi observada a necessidade de incorporar ao projeto um espaço de lazer e respiro, visto que nessa região não há muita oferta, com isso, foi implantada uma praça na frente ao edifício proposto, tornando um espaço que se abra a comunidade, que seja convidativo. A praça conta com um programa de necessidades que engloba academia ao ar livre, espaços de permanência e descanso, bicicletário, coretos elevados, horta comunitária e pomar.

Uma das características principais levada em consideração é a forma como o usuário frequentador vivenciará o espaço, sentindo-o ao percorrer, podendo vivenciar gradativamente todo o ambiente. Na proposta foi incorporado também a

estratégia de aplicação da psicologia das cores, que influenciam as sensações e percepções das pessoas e tem grande importância quando bem aplicada na arquitetura.

O partido principal do projeto foi criar através da arquitetura humanizada, ambientes que tragam diferentes sensações e estímulos, mostrando como o meio que estamos inseridos pode impactar no comportamento humano com uma linguagem adequada ao uso.

O programa de necessidades foi criado como resposta aos estudos das demandas e observação do cotidiano dessas pessoas, com a implantação de dois grandes blocos, com 2 e 3 pavimentos rotacionados e sobrepostos em ângulo oposto. Contendo recepção, guarda volumes, sala de doações, administração, restaurante/refeitório, lavanderia, pavilhão do sono. Este possui uma função de transição, pois muitos indivíduos não se sentem confortáveis a entrar no abrigo e não querem se desfazer de seus objetos e animais, e esse ambiente propicia esta permanência em um espaço seguro, mantendo-o próximo de seu carrinho em caso de catador e de seus objetos pessoais e de seu animal de estimação.

Foi implementado também um canil devido a relação com os animais como único laço afetivo, estacionamento para carroças, área íntima de dormitórios e vestiários, espaço aberto de artes, podendo variar seu uso, cinema aberto, brinquedoteca e praça elevada no 3º pavimento. O programa de necessidades contempla ainda área de atendimento à saúde e apoio psicológico, bem como área educacional e recreativa, com biblioteca, auditório, sala de aula, oficina e ateliê.

Todo o edifício foi pensado com propósito de possuir uma espacialidade e vivacidade convidativa e aconchegante, com a criação de aberturas centrais para gerar ambientes de convivência e áreas verdes, melhorando a qualidade da ventilação e iluminação dos ambientes para maior conforto. O maior objetivo é gerar a reintegração social, relação entre as pessoas e troca de experiências.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o projeto é esperado que as pessoas em situação de rua tenham um local que as acolha de forma humana e completa, que seja convidativo, estimule o convívio social e transforme positivamente a vida desses indivíduos. O abrigo contempla propostas diferentes das oferecidas na cidade de Juiz de Fora, com ambientes que permitem diferentes sensações e estímulos, com o propósito de alcançar êxito em

bem-estar, qualidade, humanização e reinserção social. Evidenciando assim, como a arquitetura humanizada tem o poder de impactar a vida das pessoas.

ABSTRACT, RÉSUMÉ ou RESUMEN

This final graduation work article aims to present the reality of homeless people in Juiz de Fora, Minas Gerais, who suffer so much from harassed architecture and because they feel invisible most of the time. The homeless population is made up of people with different realities, but who share the condition of poverty and the lack of a feeling of belonging to the formal society. It includes men, women, families, groups that have some fatality in their life trajectory, starting to use the street space as survival and housing. The project then has a proposal to transform this reality through Architecture and Urbanism and a humanized look, creating spaces that, in addition to housing, have recreational activities, professional and cultural support; dining spaces, green areas, professional treatments covering the entire area of physical and mental health among other services. With this, it is possible to promote the reintegration of these people into society, as they are human beings and have the same basic rights as everyone else, offering every support, always thinking about their well-being and quality of life.

REFERÊNCIAS

MIAGUTI, M. **População de rua, arquitetura e espaço urbano**. Tese de trabalho final de graduação. Universidade Presbiteriana Mackenzie Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2016.

SICARI, A. A; ZANELLA, A. V. (2018). **Pessoas em situação de rua no Brasil: Revisão sistemática**. Psicologia: Ciência e Profissão. Dez.2018, v. 38n°4, p. 662-679. Florianópolis, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/pcp/v38n4/1982-3703-pcp-38-04-0662.pdf> . Acesso em: 29 out. 2020.

MOTTA, A.P.C. **População em situação de rua: contextualização e caracterização**. Textos & Contextos (Porto Alegre), vol. 4, núm. 1, DeZ, 2005, p. 1-15 Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul Porto Alegre, RS, Brasil.
Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3215/321527157003.pdf> . Acesso em: 03 nov. 2020.

PREFEITURA DE JUIZ DE FORA. **Diagnóstico da população em situação de rua de Juiz de Fora**. Secretaria de Desenvolvimento Social. Juiz de Fora, 2016.
Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1f1Er8AnDq-WKyHWqNbl6dShiitKNTz9o/view> . Acesso em: 29 out. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Cidades e Estados: Juiz de Fora**. Online. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/mg/juiz-de-fora.html> . Acesso em: 02 dez. 2020